

Nota explicativa a *Viagem ao Interior da Nova Holanda*

Jorge Bastos da Silva

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Citação: Jorge Bastos da Silva, "Nota Explicativa a *Viagem ao Interior da Nova Holanda*", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 7 (2007). ISSN 1645-958X.

<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>>

Como qualquer alinhamento sequencial da produção utópica do Ocidente evidencia, mesmo que a traços largos, o horizonte geográfico da descoberta – e portanto da verosimilhança para a ficção de sociedades-outras – vai-se deslocando historicamente (de modo semelhante, também as suas incidências temáticas e axiológicas se deslocam, aliás). Se Thomas More, escrevendo no primeiro quartel de Quinhentos, situa nas Américas a sua invenção dos Utopianos, no século XIX encontramos narrativas que projectam sobre as últimas vastidões continentais por explorar as visões de sociedades imaginárias, associadas a um forte sentido de aventura. É o caso de H. Rider Haggard para o continente africano, com *King Solomon's Mines* (1885) e *She* (1887), por exemplo.ⁱ Para a Austrália, é o caso de *Account of an Expedition to the Interior of New Holland*, “editado” por Lady Mary Fox em 1837, que será decerto interessante confrontar com o texto presente.ⁱⁱ

A *Viagem ao Interior da Nova Holanda* veio a lume em 1841, assinada (com as iniciais apenas) por um funcionário público chamado Vasco José de Aguiar, pouco notado no mundo das Letras da época e parece que nunca até hoje recuperado do esquecimento. A sua obra oferece, no entanto, uma utopia formal plenamente constituída – como tal exemplar pouco comum na tradição literária portuguesa –, e de resto é romance de não desagradável leitura.

O encadeamento narrativo da *Viagem* é relativamente linear. O narrador, um português, relata o modo como, levado pelas dificuldades em sustentar a família e porque «[...] na pátria [...] se ia desenvolvendo consideravelmente o pernicioso contágio da imoralidade [...]» (Vol. I, pp. 2-3), se empregou ao serviço do comandante de um navio inglês que partia a explorar a costa sul da Austrália. Aí aportados, e através de várias peripécias, confrontam-se com povos e costumes ignorados, constituindo o Vale da Razão a visão utópica central da obra.

O povo do Vale da Razão impressiona pela boa ordem que impera no seu país (os criminosos são desterrados para a Terra da Correção, vale próximo que responde ao desejo de higiene social), pela sua devoção, pelo avanço dos saberes e a perfeição das artes, e naturalmente pelo governo bom e justo, que ocupa «[...] o termo médio entre o monárquico puro e o representativo [...]», sendo que «[...] todos os chefes de família de ambos os sexos e de todas as condições, sem a mínima excepção, têm direito de votar [...]» para a eleição de metade dos membros do Grande Conselho, sendo a outra metade escolhida pelo soberano (Vol. II, pp. 172-173).

Ao contrário do que sucede convencionalmente nas utopias formais, na *Viagem ao Interior da Nova Holanda* não há especial cuidado em iludir o leitor no que respeita ao carácter (in)verídico do relato. O autor declara no prólogo: “Um completo desconhecimento do interior desta longínqua região me decidiu a representar nestes lugares, de todo incógnitos, [a acção central do romance]; imaginando uma nação sábia e virtuosa, com um carácter e usos particulares, para poder contrastar o ateísmo, a imoralidade e os abusos, obstando a que o fogo produzido por estes fachos infernais se ateie a ponto de abrasar o nosso edifício social» (Vol. I, p. IV). Mais importante do que cultivar a pretensão de veridicidade será, pois, respeitar uma intencionalidade doutrinária fundamental. Sendo uma narrativa de aventura, a *Viagem ao Interior da Nova Holanda* é, acima de tudo, um romance moral. De acordo com este princípio, a obra dirige-se “[...] ao fim mais sublime, qual é – inspirar o amor à virtude e a aversão ao crime [...]”, segundo se lê na dedicatória que encabeça a narrativa.

Reproduzimos o Capítulo XVI (Vol. II, pp. 38-55), no qual os viajantes vão aprofundando o seu contacto com os habitantes do Vale da Razão, conhecendo a sua religião, as artes (merecerão destaque mais adiante os teatros, estabelecidos “[...] como um dos meios mais eficazes de moralizar os povos” [Vol. II, p. 76]), a ordem social e a justiça, admirando a eficácia do governo, a magnificência dentro do extremo bom gosto... Dois aspectos temáticos serão, talvez, de realçar. Em primeiro lugar, a ideia de que a arte constitui o repositório perfeito não apenas da memória cultural mas também do património moral do povo do Vale da Razão. Em segundo lugar, o timbre bíblico do imaginário religioso (os leões deitados

com cordeiros e outras imagens devedoras das profecias apocalípticas judeocristãs), mas também o seu recorte ecuménico, trans-confessional, universalista (reza-se ao Deus de todas as Nações, ao Ente Necessário). Aliás, falta porventura ao romance uma autêntica capacidade de conceber o Outro. Os habitantes do Vale da Razão são uma versão ideal de nós mesmos, como indicia a abundância de ecos culturais: os pintores superam Rafael naquilo que Rafael faz, os sacerdotes correspondem melhor ao modelo escriturístico do que os nossos. Trata-se, enfim, da ideação hiperbólica de uma identidade, não de uma alteridade radical.

O texto apresenta-se aqui actualizado na grafia e na pontuação. Com o propósito de facilitar e clarificar a leitura, foram nalguns casos introduzidos pontos finais e partições de parágrafos. Uma edição integral e anotada da obra encontra-se em preparação.

Referência Bibliográfica

V. J. A., *Viagem ao Interior da Nova Hollanda, obra moral, critica e recreativa, dedicada a Sua Magestade Fidelissima a Rainha*, Lisboa, Typ. de Vicente Jorge de Castro & Irmão [Vols. II e III: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis], 1841, 3 vols.

ⁱ O caso africano prolonga-se até bem dentro do século XX e até do século XXI, com o Tarzan de Edgar Rice Burroughs, que não cessou de interessar o público de formas de representação como a prosa narrativa, a banda desenhada e o cinema.

ⁱⁱ Na verdade, a mitificação dos antípodas vem já dos séculos XVII e XVIII. São exemplos *La Terre australe connue*, de Gabriel de Foigny (1676), e *La découverte australe par un homme volant, ou le Dédale français*, de Restif de La Bretonne (1781). Ver as entradas correspondentes em Vita Fortunati e Raymond Trousson, eds., *Dictionary of Literary Utopias*, Paris, Honoré Champion Éditeur, 2000.